



ANS



COMUNICADO

PREOCUPAÇÕES DE PÁScoa NA SENDA DE ABRIL

Neste momento de cerimónias religiosas mas também de reflexão e de balanço, não pode a ANS deixar de se dirigir aos Sargentos de Portugal e seus familiares na esperança que tenham tido uma boa Páscoa.

Mas este momento é também motivo de regozijo pelo feito glorioso das Forças Armadas no 25 de Abril de 1974 e de afirmação do exercício dos direitos de cidadania que devolvemos ao Povo português.

Os Sargentos de Portugal continuam a não ver resolvidos os seus problemas de vencimentos, de carreiras, do exercício dos direitos de cidadania e acauteladas as suas preocupações relativamente à Justiça Militar. É por isso que neste momento de reflexão e de regozijo não podemos, também, deixar de recordar estes aspectos de grande importância para nós e para as nossas famílias e de fazer um balanço sumário sobre cada um deles.

Queremos recordar que o momento que atravessamos é muito complexo, contém sinais contraditórios e contém um potencial de divergências de interesses onde ontem existiam convergências.

A questão dos vencimentos continua a provocar uma onda de boatos que indicia a existência de factores contraditórios, de interesses particulares ou de classe que tendem a sobrepor-se aos colectivos da Família Militar, e de grupos de pressão que agem ocultamente, na sombra dos gabinetes e no silêncio dos corredores, sem darem a cara nem tornarem públicos os seus interesses, sem lutarem de cara descoberta por aquilo que defendem na clandestinidade e no segredo das amizades, dos almoços em restaurantes discretos, no anonimato em qualquer dos casos.

Prossegue a campanha de ruído em torno de tabelas (já se contam em cerca de meia dúzia), produzidas por pseudo-comissões das quais só se conhece a existência de uma no âmbito do EMGFA.

Qualquer decisão sobre a matéria de vencimentos terá de partir de iniciativas tomadas no âmbito do Ministério e das suas Direcções Gerais, em especial da D. G. do Pessoal que já devia ter elaborado uma proposta de alteração ao DL 328/99 de modo a restabelecer a equidade entre o nosso Sistema Retributivo e o da GNR e ainda não o fez.

Portanto, continuamos a considerar que esta comissão mais não faz do que criar falsas expectativas, de lançar a confusão e a desmobilização no seio da Família Militar, de gerar influências tendentes a condicionar o órgão decisor, e, por isso, as tabelas que por aí correm mais não são do que um apalpar de pulso, um desviar de atenções do essencial para o

acessório, uma forma de desmobilizar e de dificultar a luta em torno do que de facto é essencial:

- a equidade relativa com a tabela retributiva da GNR; a questão da aplicação dos pontos 2 e 3 do art. 19º do DL 328/99; a uniformidade de critérios na aplicação das 2ª e 3ª fases do actual Sistema Retributivo mantendo os Sargentos e Praças os diferenciais que tinham; a revalorização autónoma do índice 100; a actualização do Suplemento da Condição Militar para 14,5% + 21 000\$00.

Mas importa também salientar que a composição de uma qualquer comissão que represente os ramos não terá qualquer credibilidade, para nós, se não contar com a participação dos órgãos representativos das categorias nos ramos; que qualquer solução retributiva só terá credibilidade se as associações dos militares forem consultadas em diálogo construtivo pelo Governo; que os critérios e a filosofia inerentes às tabelas que por aí correm são de todo inaceitáveis para nós; que não aceitaremos de braços cruzados qualquer solução que faça disparar o leque de vencimentos com prejuízo para as categorias de Sargento e de Praça; que não aceitaremos de braços cruzados que um qualquer posto da categoria de oficial tenha mais de aumento devido a uma nova tabela que venha a ser aprovada que um Sargento progride em toda uma carreira; que desejamos que o Suplemento da Condição Militar tenda para a igualdade, visto que aquela condição é igualmente exigida a todos, e por isso os aumentos devem incidir sobre a parte fixa; que o princípio do paralelismo e das referências internas estabelecidas em 1978 é para nós muito caro, pois para ser alcançado custou o sacrifício de muitas gerações de Sargentos, e dele não abdicaremos.

Como podem ver o que nos espera após este curto período de descanso e de reflexão é a continuação da luta.

Os camaradas da Marinha já marcaram o seu Encontro do ramo para discutirem as perspectivas de resolução destes problemas; no Exército os camaradas já se começam a mobilizar por núcleos e por regiões; e os camaradas da Força Aérea também já discutem se devem fazer um único Encontro de ramo ou vários por regiões onde as suas unidades estão implementadas.

Urge nivelar a informação, uniformizar a atitude e chegar a consensos sobre o que está verdadeiramente em causa e o que não passa de ruído tendente a desviar as atenções e a dispersar forças e energias. Por isso estes Encontros, numa ou noutra forma, serão tão importantes como formas de luta, como marcos decisivos para alcançarmos os nossos objectivos.

Um grande 25 de Abril e boa disposição para a mobilização e para a luta!

"Quão difícil nos temos movido"

A Direcção

Lisboa, 18 de Abril de 2001